

Exma. Senhora
Presidente do Conselho Directivo do
IRN - Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
Dr.^a Filomena Rosa
Av. D. João II, Lote 1.08.01, Edifício H
Parque das Nações
1990-097 Lisboa

Por Protocolo

Lisboa, 28 de Março de 2019

N/ Ref.^a: AEM/ASF/716

Assunto: URGENTE

**Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo
Pedido de Esclarecimento**

Ex.m. Senhora

Presidente do Conselho Directivo do IRN,

Nos termos do disposto no artigo 11.º do Código do Procedimento Administrativo, e na ausência de resposta à nossa carta ref.^a AEM/ASF/700 de 13 de Setembro de 2018 e às sucessivas tentativas de contacto subsequentes, a **AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado** vem, pela presente, solicitar ao IRN esclarecimento urgente no que respeita ao cumprimento das obrigações declarativas previstas no artigo 5.º e seguintes do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto (doravante o “RJRCBE”), o que faz com base nas seguintes considerações.

De acordo com o disposto no artigo 4.º, alínea e), do RJRCBE, as sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado estão excluídas deste Regime Jurídico.

Esta exclusão suscita uma primeira dificuldade, relacionada com o funcionamento da Plataforma de RCBE disponibilizada pelo IRN em <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>

De facto, não parece encontrar-se disponível na plataforma qualquer funcionalidade que permita às entidades excluídas do registo dos seus beneficiários efectivos, ainda assim, proceder ao seu próprio registo como entidades isentas.

Esta impossibilidade poderá ter como consequência prática a inexistência de referência, na plataforma, às entidades isentas e, por conseguinte, aquando da realização de consultas, face a essa inexistência, a criação da suspeita de poder verificar-se o incumprimento das obrigações declarativas e de rectificação previstas no RJRCBE, a partir daí aplicando-se o vasto leque de proibições previsto no artigo 37.º do RJRCBE.

Uma tal possibilidade, naturalmente, é insustentável e carece de ser esclarecida e resolvida com a máxima urgência.

Por fim, neste ponto, deve ainda notar-se que, a agravar esta situação, o próprio *website* em referência refere que *“o registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados.”*, asserção que, como acabámos de ver, não é exacta na medida em que a Lei prevê situações de exclusão.

Em segundo lugar, se se entender que, ao contrário das sociedades cotadas, as respectivas subsidiárias não se encontram excluídas do RJRCBE (posição contrária àquela que defendemos na nossa Carta ref.^a AEM/ASF/700 de 13 de Setembro de 2018, a qual ainda não obteve resposta de V. Exas.), essa eventual não exclusão suscitará imediatas e significativas dificuldades na definição dos termos em que deve ser cumprida a obrigação declarativa pelas subsidiárias das sociedades cotadas.

Na verdade, considerando a exclusão das sociedades cotadas do âmbito de aplicação do RJRCBE, pretender obrigar as suas subsidiárias à identificação como beneficiários efectivos dos eventuais titulares de controlo indirecto por esta via significaria desvirtuar o espírito e a letra da lei, que excluiu as sociedades cotadas do cumprimento das obrigações previstas nesta sede considerando que os interesses em presença se encontram suficientemente acautelados pelo regime de publicidade e de transparência dos respectivos detentores de participações qualificadas.

Neste sentido, solicita-se a V. Exas. que, urgentemente, confirmem que aceitam o entendimento segundo o qual, nos casos aplicáveis, as sociedades subsidiárias devem limitar-se a realizar a identificação, para efeitos do registo do beneficiário efectivo, da sociedade cotada, remetendo para o regime aplicável a esta última que assegura a publicidade dos respectivos detentores de participações

qualificadas, referência e remissão que a plataforma disponibilizada pelo IRN deverá proporcionar e assegurar.

Salvo melhor opinião, qualquer outra solução, que aliás não vislumbramos, conduziria à duplicação da informação e à constante necessidade de confirmação e actualização (pelas subsidiárias) da informação comunicada, ou geraria uma discrepância entre a informação prestada pela subsidiária e a informação divulgada no âmbito do cumprimento do regime de publicidade aplicável à sociedade cotada, no limite podendo ter como consequência a identificação, enquanto beneficiários efectivos, de pessoas diferentes das que exercem o controlo efectivo da subsidiária, em qualquer caso, afigurando-se que tal exigência sempre consubstanciaria uma clara violação da Lei n.º 89/2017.

Ademais, qualquer solução alternativa à que sugerimos sempre representaria uma carga absolutamente excessiva para as sociedades subsidiárias, para mais tendo em conta a elevada volatilidade que pode existir na detenção de participações na sociedade cotada, implicando a constante actualização da informação, e gerando uma situação de absoluto caos, em termos de procedimentos, necessidade de recursos e custos associados, para um universo que supera as muitas centenas de entidades.

E ao exposto acresce, ainda, naturalmente, que a sociedade subsidiária não pode ser obrigada a identificar meios de controlo que não conheça ou que não deva diligentemente conhecer.

Em conclusão, não sendo exigível às sociedades cotadas que comuniquem a identidade dos seus beneficiários efectivos para efeitos do RJRCBE, não deverá ser exigido às subsidiárias que o façam, pois tal implicaria, sempre, o desvirtuamento do espírito da lei.

A solução por nós proposta, portanto, por igualdade de razão, não afecta a boa tutela dos interesses em presença e é a que melhor se coaduna com o respeito pelo princípio da prevalência da substância sobre a forma, uma vez que a identificação, enquanto beneficiários efectivos, dos titulares de controlo indirecto por via da titularidade de participações no capital social da sociedade cotada consubstanciaria uma solução estritamente formal (e com resultados que poderiam ser discrepantes), sem apreço pelo verdadeiro espírito da lei.

Face ao exposto, voltamos a solicitar ao IRN a confirmação com a máxima urgência do nosso entendimento original, segundo o qual as sociedades subsidiárias de sociedades cotadas não estão sujeitas ao RJRCBE ou, em alternativa, que, quando for o caso, as sociedades subsidiárias apenas estão obrigadas a comunicar que são detidas por uma sociedade cotada.

Agradecendo antecipadamente a V. melhor atenção em relação ao acima exposto, fica esta Associação ao dispor para quaisquer esclarecimentos e, designadamente, para a realização de uma reunião com V. Exas. se necessário para mais completa clarificação das preocupações aqui em causa.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pela Direcção da AEM,



Abel Sequeira Ferreira

Director Executivo

Com conhecimento:

Conselho de Administração da CMVM

Chefe de Gabinete do Ministro da Economia

Chefe de Gabinete da Ministra da Justiça